

ESTÁGIO DE PÓS DA PGM DE VITÓRIA/ES

CADERNO DE PROVA (2ª SELEÇÃO DE 2025)

Nome completo (legível): _____

Nota: _____

Instruções aos candidatos (leitura imprescindível)

- 1-Não esqueça de preencher o campo anterior (com nome legível), porque as provas sem identificação não serão corrigidas nem consideradas;
- 2-O tempo de prova será de 02 (duas) horas, ou seja, irá das 14:00 às 16:00 horas;
- 3-O gabarito abaixo deverá ser preenchido com caneta azul ou preta, sem rasura;
- 4-Para cada questão existe 1 (uma) única alternativa a ser marcada;
- 5-Questões não respondidas e aquelas que contenham mais de uma resposta assinalada (mesmo que uma delas esteja correta) não serão computadas;
- 6- Caso o candidato resolva ir embora antes das 16:00 horas, deverá entregar a folha de respostas e também o caderno de provas, nos termos do Edital;
- 7- Após a proclamação do encerramento do tempo regulamentar (16:00 horas), será possível levar o caderno de provas, mediante o destaque, apenas, da presente folha de respostas, a qual deverá entregue ao fiscal de prova;
- 8-Finalmente, desejamos a você uma excelente prova.

CARTÃO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1-(PGMVix) Bráulio, Procurador-Geral de Feliz Deserto (AL), avocou recentemente a análise de determinada matéria, constante de processo administrativo inicialmente distribuído a Armando Barraco, seu subordinado, ao perceber que a questão era por demais complexa e não vinha sendo tratada com prioridade por este. Ao assim agir, Bráulio fizera uso:

- a) do seu poder de polícia;
- b) do seu poder hierárquico;
- c) do seu poder disciplinar;
- d) do seu poder regulamentar;
- e) do seu poder discricionário.

2-(PGMVix) “[...] a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público, despersonalizado, que tem que nortear o seu comportamento”. Na citação supracitada, extraída de obra doutrinária da Professora MARIA SYLVIA DI PIETRO, a referida doutrinadora se referia ao princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) impessoalidade;
- c) moralidade;
- d) publicidade;
- e) eficiência.

3-A Administração Municipal de Ressaquinha (MG) reportara, à Procuradoria local, que está precisando de um terreno, por aproximadamente 10 (dez) meses, para guardar o material e também o maquinário que serão empregados em determinada construção realizada pela Secretaria de Obras da cidade. À luz das modalidades de intervenção do Poder Público na propriedade particular, a restrição mais adequada ao caso seria:

- a) a desapropriação;
- b) a servidão administrativa;
- c) a requisição administrativa;
- d) a limitação administrativa;
- e) a ocupação temporária.

4-(PGMVix) Em dezembro de 2024, Lúcio Mauro adquirira o domínio útil de um terreno de marinha. No ano de 2025, fora surpreendido com a chegada de 2 (duas) notificações, a saber: a primeira veiculando a cobrança do IPTU (remetida pelo Município) e a segunda expedida pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), alusiva ao foro anual devido à União. Acerca desse cenário, assinale a alternativa **correta**:

- a) a dupla cobrança é indevida, porque os fatos geradores do foro e IPTU são idênticos;
- b) o IPTU é devido, pois o titular do domínio útil também é contribuinte do tributo;
- c) a cobrança do IPTU é indevida, pois, sendo o imóvel de propriedade da União, goza de imunidade recíproca;
- d) a base de cálculo é idêntica, configurando *bis in idem* vedado em matéria tributária;
- e) a cobrança cumulada do IPTU e do foro é considerada confiscatória pelo STF.

5-(PGMVix) Acerca do recurso de Embargos de Declaração, é correto afirmar que:

- a) em certas situações previstas pelo CPC, admite-se que os Embargos Declaratórios sejam recebidos com efeito suspensivo;
- b) no caso dos Embargos Declaratórios com efeitos modificativos, a parte contrária não deve ser intimada para se manifestar e exercer o contraditório;
- c) os embargos suspendem o prazo para a interposição de outros recursos;
- d) como regra, a contradição passível de ser sanada nos ED's é a externa;
- e) estão sujeitos ao recolhimento do preparo, exceto nos Juizados Especiais.

6-(PGMVix) São Unidades Administrativas da Procuradoria-Geral do Município de Vitória, exceto:

- a) Ouvidoria;
- b) Corregedoria;
- c) Gerência Tributária e Fiscal;
- d) Colegiado;
- e) Subprocuradoria-Geral.

7-(PGMVix) Acerca dos precatórios, é correto afirmar que:

- a) a atividade desenvolvida pelo presidente do tribunal no processamento do precatório tem natureza jurisdicional;
- b) é obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril;
- c) de acordo com o STF, o pagamento de crédito superpreferencial (art. 100, § 2º, da CF/1988) deve ser realizado por meio de precatório, exceto se o valor a ser adimplido encontrar-se dentro do limite estabelecido por lei como pequeno valor;
- d) os débitos de natureza alimentícia não compreendem aqueles derivados de indenizações por morte ou invalidez fundadas em responsabilidade civil;
- e) de acordo com o STF, durante o denominado "período de graça" para pagamento dos precatórios, os valores inscritos estarão sujeitos à incidência da taxa SELIC.

8-Acerca do instituto da desapropriação, assinale a alternativa incorreta:

- a) constitui uma das modalidades mais extremas de intervenção do Poder Público no domínio alheio;
- b) de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores (STF e STJ), é possível a desapropriação da posse (direitos possessórios);
- c) a desapropriação não pode ocorrer de forma amigável, tampouco ser formalizada por escritura pública em Cartório de Notas;
- d) a desapropriação pode atingir bens mobiliários e imobiliários, corpóreos e incorpóreos;
- e) tem direito à indenização não só o titular do domínio do bem expropriado, mas, também, o que tenha sobre ele direito real limitado.

9-(PGMVix) No dia 14/11/2025, servidores públicos municipais da área de enfermagem deflagraram uma greve totalmente ilegal, a qual paralisara vários serviços de atenção primária prestados pelas unidades de saúde da capital. Caso seja consultada sobre as alternativas jurídicas de que a Administração Municipal poderá lançar mão para se contrapor ao movimento paredista, a Procuradoria-Geral poderá opinar, com acerto, pelo:

- a)** ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de primeira instância;
- b)** ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de segunda instância (TRT da 17ª Região);
- c)** ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de primeira instância da Justiça Comum Estadual;
- d)** ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de segunda instância da Justiça Comum Estadual (TJES);
- e)** corte imediato do ponto (independentemente de ajuizamento de demanda judicial), haja vista ser vedada, mesmo que exista acordo, a compensação de jornada.

10-(CEBRASPE-DPE/TO 2021 - Adaptada) Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade:

- a)** deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas insertas na CF.
- b)** não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.
- c)** pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.
- d)** não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- e)** pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

11-(Vunesp – Procurador Municipal – Pref. Bertioga – SP/2021 Adaptada) Assinale a alternativa que contempla hipótese de instrumento de controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, perante o Poder Judiciário, admitido no direito pátrio:

- a)** ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado;
- b)** ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- c)** ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- d)** arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça;
- e)** arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

12-Sobre os municípios brasileiros, é incorreto dizer que:

- a) possuem capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação;
- b) ostentam autonomia, mas não soberania;
- c) os municípios organizam-se por meio de Lei Orgânica;
- d) ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área;
- e) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive dos bancos.

13-(TRF4-2022 Juiz Federal -Adaptada) A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) as ruas, praças e as estradas são bens de uso especial;
- b) são características dos bens públicos a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a penhorabilidade;
- c) os bens de uso especial submetem-se a regime próprio, de direito privado;
- d) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais;
- e) os terrenos de marinha pertencem à União e são considerados bens públicos de uso comum.

14-Sobre a execução fiscal, é incorreto dizer que:

- a) em face do princípio da causalidade, não se justifica a imposição de sucumbência ao exequente, frustrado em seu direito de crédito, em razão de prescrição intercorrente;
- b) a regra é a citação por meio de Oficial de Justiça;
- c) a defesa do executado se dará, via de regra, por meio de embargos à execução;
- d) a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória;
- e) a Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

15-(FGV – XXII Exame de Ordem Unificado - Adaptada) O Município “X” instituiu taxa a ser cobrada, exclusivamente, sobre o serviço de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos provenientes de imóveis. A igreja “ABC”, com sede no município “X”, foi notificada da cobrança da referida taxa. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) as igrejas são imunes; portanto, não devem pagar a taxa instituída pelo Município X;
- b) a taxa é inconstitucional, pois não é específica e divisível;
- c) a taxa é inconstitucional, uma vez que os Municípios não são competentes para a instituição de taxas de serviço público;
- d) a taxa acima é legal por decorrer do exercício do poder de polícia;
- e) a taxa é constitucional e as igrejas não são imunes.

16-Sobre a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Contratos e Licitações), é **incorreto** afirmar que:

- a)** aplica-se a todos os entes da federação, abrangendo, inclusive, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- b)** na aplicação da Lei supracitada, devem ser observados os princípios da eficácia, da segregação de funções e da competitividade;
- c)** são modalidades de licitação da nova lei a concorrência, o concurso, o pregão, o leilão e o diálogo competitivo;
- d)** os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais da Lei supracitada devem ser exclusivamente servidores efetivos;
- e)** o processo licitatório tem por objetivos, entre outros, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, bem como incentivar a inovação.

17-Imagine que, no bojo de certo Mandado de Segurança impetrado contra ato de autoridade municipal, a 2ª Vara da Fazenda Pública de Vitória tenha deferido a liminar/tutela provisória postulada pelo Impetrante. Diante desse cenário, é **correto** dizer que:

- a)** o único remédio jurídico colocado à disposição do Município para impugnar o ato decisório é o Agravo de Instrumento com pedido de atribuição de efeito suspensivo;
- b)** a decisão poderia ser impugnada, também, por Suspensão de Liminar/Segurança, dirigida ao STJ;
- c)** em tese, é possível o manejo simultâneo de Agravo de Instrumento para o TJES e Suspensão de Liminar/Segurança para o STJ;
- d)** o Agravo de Instrumento e a Suspensão de Liminar/Segurança são prejudiciais entre si;
- e)** em tese, é cabível o manejo simultâneo do Agravo de Instrumento e também da Suspensão de Liminar/Segurança, ambos dirigidos ao TJES.

18-Sabendo-se que o Município de Vitória acabara de ser intimado de uma sentença desfavorável oriunda do Juizado Especial da Fazenda Pública, regido pela Lei nº 12.153/2009, é possível afirmar que:

- a)** o meio impugnativo cabível (recurso de apelação) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- b)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- c)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser manejado em 20 dias corridos, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- d)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser interposto em 20 dias úteis, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- e)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser manejado em 10 dias úteis.

19- De acordo com o processo trabalhista, assinale a alternativa que indica corretamente o meio processual adequado para impugnar a concessão ou o indeferimento de tutela provisória antes da sentença:

- a)** Agravo;
- b)** Reclamação;
- c)** Recurso ordinário;
- d)** Recurso de Revista;
- e)** Mandado de segurança.

20-(PGMVix) A Administração Municipal fora comunicada, por populares, que a marquise de um prédio particular abandonado situado no centro da cidade estaria prestes a ruir, evento que poderia não só interditar a avenida mais movimentada da cidade como também colocar em risco a vida de transeuntes e moradores dos prédios vizinhos. Ato contínuo, a Gestão encaminhara engenheiros da Defesa Civil ao local, os quais, em laudo detalhado, não só validaram o risco de queda iminente como também registraram a necessidade de uma atuação emergencial, porque detectaram crepitações e sinais irretorquíveis de anomalias estruturais, indicativas de colapso no espaço de poucas horas. Embora os Gestores tenham tentado entrar em contato com o proprietário da referida edificação, receberam a notícia de que este estaria residindo no exterior, encontrando-se, portanto, em local incerto e não sabido. Diante desse cenário, a Administração Pública Municipal:

- a)** deverá, necessariamente, provocar o Judiciário para adotar as medidas cabíveis;
- b)** nada poderá fazer, porque o poder de polícia do município não abarca a polícia das construções, sobretudo daquelas pertencentes a particulares;
- c)** só poderá adotar qualquer conduta depois de laudo analítico detalhado elaborado pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- d)** não poderá, com base no seu poder administrativo de autoexecutoriedade, adotar as providências urgentes em defesa da segurança;
- e)** poderá atuar, com base no seu poder de polícia – e sem necessidade de ordem judicial prévia –, para, diante da urgência da situação, demolir a marquise em ruína que está colocando em risco a vida e também a segurança da coletividade.

* * *